

“MINHA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA”: A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE UMA COMUNIDADE LUSÓFONA.

ADRIANO DE FREIXO – UFRJ

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP foi criada oficialmente em 1996, embora os esforços para a sua implantação remontem, pelo menos, à década de 1980, quando a idéia de uma comunidade lusófona começa a ganhar força, principalmente, em Portugal.

A criação desta Comunidade representa, para o Estado Português, o desdobramento lógico de um processo iniciado em 1974, com a Revolução dos Cravos. Nesse momento, a sociedade portuguesa começa a redefinir de suas estruturas internas e a sua inserção internacional, pois, então, inicia-se a descolonização do Império Ultramarino Português, concretizada durante os anos de 1974 e 1975, quando as últimas tropas portuguesas foram se retirando das ex-colônias. Este acontecimento marca o início do processo que Boaventura de Souza Santos irá chamar de “reterritorialização”, ou seja, o retorno de Portugal aos limites de seu território, cinco séculos depois de iniciar a formação de seu Império Colonial.¹

Esta “reterritorialização” reflete-se no desinteresse de Portugal em relação às ex-colônias durante os anos que se seguiram à descolonização, pois, como bem assinala David Birmingham, “depois da revolução, Portugal não tinha aspirações sérias a restaurar a sua posição em África à maneira do império ‘neocolonial’ francês. Uma amnésia nacional profunda cobriu quase tudo que se relacionava com a África(...)”.² Porém, ao mesmo tempo em que passa por esta “reterritorialização”, Portugal insere-se em um novo processo de “desterritorialização”³, desta vez em relação à Europa. De fato, a Revolução dos Cravos e o processo histórico que se seguiu a ela, marcaram o fim da “política atlântica”, que caracterizava a inserção internacional de Portugal até então, e definiram o seu retorno para “os braços da Europa”.

É dentro deste contexto que entendemos os esforços portugueses para a estruturação e consolidação da CPLP. Para Portugal esta questão é de extrema importância para a sua inserção na ordem internacional que ora se estrutura, e é tida como prioritária na formulação da política externa portuguesa, que tem sido definida a partir de duas opções estratégicas:

- 1- A consolidação da participação de Portugal na União Européia, utilizando essa posição para redefinir o seu papel no mundo contemporâneo;
- 2- O investimento na construção de uma Comunidade Lusófona, potencializando o espaço da Língua Portuguesa.

Estas duas opções que, durante muito tempo, pareciam excludentes, hoje se apresentam como complementares, pois o fato de pertencer à Europa cria para Portugal condições extremamente favoráveis para a articulação do espaço da Lusofonia, espaço este do qual nós, brasileiros, fazemos parte, pois, como afirma Eduardo Lourenço, “a nossa língua comum é uma herança sem preço e a fiadora de nossos laços identitários”.⁴

Assim, mesmo com sua limitada capacidade de intervenção – como pequeno Estado no Sistema Internacional -, Portugal desempenha um papel fundamental na construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e adota uma política cultural bastante agressiva de divulgação da língua e da cultura portuguesas no mundo. Esta política é expressa pela forte atuação do Instituto Camões - que tem por objetivo básico coordenar todas as atividades de promoção e de defesa da cultura portuguesa, bem como da língua, em todo o mundo – e pela existência de quase duas centenas de leitorados em nível docente superior espalhados por Universidades em quatro continentes.

Esta política de articulação do mundo lusófono e de fortalecimento da língua portuguesa – a partir do discurso da “herança cultural comum” – atende a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das línguas

mundiais da cultura, impedindo que o castelhano se imponha como o único representante da cultura ibérica, o que acaba sendo uma nova vertente da velha rivalidade com a Espanha e do medo de ser absorvido, de alguma forma, pela vizinha mais poderosa. Este discurso da “herança cultural comum” – característico da época salazarista – é revestido com uma nova roupagem através de um discurso multiculturalista e “politicamente correto”, que possibilita analisar as “grandes descobertas” e o colonialismo através da idéia de um “encontro de culturas” que, por sinal, foi a tônica de todas as comemorações do Quinto Centenário dos Descobrimientos Portugueses. Não deixa de ser interessante notar que os setores mais empenhados na construção desse discurso e na própria articulação da CPLP são aqueles provenientes da esquerda democrática portuguesa que, em um passado não muito distante combatiam o salazarismo e procuravam desconstruir os mitos por ele criados. O problema é que a idéia do “encontro de culturas” não consegue apagar as tragédias da história e a crueldade do processo de colonização. E são justamente estas feridas ainda não cicatrizadas do colonialismo que têm contribuído sobremaneira para a posição reticente e, por que não dizer, de desinteresse de alguns dos PALOP em relação à constituição da CPLP.

Porém, apesar das dificuldades, o esforço português para a construção de um “Espaço da Língua Portuguesa” tem sido incessante, tornando-se uma das pedras angulares da diplomacia portuguesa nos últimos anos, como pode ser comprovado, por exemplo, pela importância atribuída pelo governo e pela sociedade portuguesa à questão do Timor-Leste. O direito à soberania desta ex-colônia portuguesa, abandonada à própria sorte, em 1975, quando da retirada das últimas tropas portuguesas e, logo depois, invadida e anexada pela Indonésia, tornou-se uma das maiores bandeiras da diplomacia lusa, a partir da segunda metade dos anos 80, e um dos grandes pontos de convergência dentre os países-membros da CPLP que, inclusive, inclui o Timor como “membro-observador”. Além disso, a articulação da Comunidade Lusófona também adquire importância do ponto de vista político-estratégico e econômico, pois poderia servir para fortalecer o papel de Portugal dentro da Europa, fazendo com que ele assumisse a posição de “intermediário” entre a UE e os PALOP, bem como a de centro de uma articulação entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, em uma estratégia de segurança global.

Para o Brasil, o outro ator principal da CPLP, a Comunidade já não tem a mesma importância atribuída pelos portugueses, apesar de ter sido um brasileiro - o Embaixador José Aparecido de Oliveira, em 1993 - um de seus principais articuladores. A partir dos anos de 1990, a opção feita pela “modernidade neoliberal” e pela abertura indiscriminada ao capital internacional, a partir do governo Collor, não deixa grandes espaços para a articulação do mundo lusófono, visto que para “recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento e da modernidade capitalista”, o fundamental é o “relacionamento preferencial com as economias ocidentais avançadas”.⁵

Esta situação não sofre grandes alterações no governo Fernando Henrique Cardoso, em que a articulação do mundo lusófono e a formulação de uma política cultural no exterior continuam sendo questões secundárias. Apesar da existência de diversos interesses econômicos entre o Brasil e outros países da CPLP – principalmente Portugal e Angola -, o governo brasileiro ao invés de priorizar o espaço comunitário, opta pelo estabelecimento de relações bilaterais. Com isto, esta opção preferencial dos formuladores da Política externa brasileira pelas relações com o chamado “Primeiro Mundo”, por um lado, e pelos esforços de integração latino-americana através da criação do MERCOSUL, por outro - dentro de uma estratégia de inserção do país na economia globalizada, sob a égide do neoliberalismo -, faz com que a “dimensão atlântica” da política externa brasileira venha tendo um papel cada vez mais diminuto, ao contrário dos anos 60 e 70, em que a África desempenhava um papel central na política desenvolvida pelo Itamaraty.

Assim, nos últimos anos, a política africana no Brasil tem diminuído de importância, sendo adotada uma prática de opções seletivas de parceiros naquele continente em que se destacam a Nigéria, a África do Sul e, secundariamente, Angola⁶. Com isto, países como Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde não representam áreas

de interesse para o Brasil na África, o que esvazia o papel que a CPLP poderia representar no âmbito da política externa brasileira.

Dentro deste quadro, a CPLP vai sendo construída tendo como base fundamental um discurso culturalista elaborado ao longo de décadas por uma série de intelectuais brasileiros e portugueses que pensaram na articulação de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, pelo menos, desde meados do século XX. Esses intelectuais elaboraram todo um arcabouço ideológico que, de certa forma, constitui-se na base de sustentação da atual Comunidade, servindo de matéria-prima para a construção do discurso oficial em torno dela.

Dentre os ideólogos desta comunidade, sem sombra de dúvidas, a figura mais destacada é a de Gilberto Freyre. Na década de 30, ao lançar a sua obra mais conhecida, *Casa-grande e Senzala*, ele teve um papel fundamental na renovação do pensamento social brasileiro. Naquela ocasião, Freyre apresentou idéias que se contrapunham àquelas então vigentes, de caráter nitidamente racista, que atribuíam o atraso brasileiro à miscigenação racial entre brancos, negros e índios, pois teria formado um tipo degenerado, o mestiço. Freyre, ao contrário, defendia que a originalidade, a riqueza e a força cultural dos brasileiros provinham justamente desta mistura. Da mesma forma, era um entusiasta da colonização portuguesa caracterizada, segundo ele, pela cordialidade e ausência de preconceitos raciais, tornando-se o exemplo mais bem sucedido de colonização; para ele, o português não colonizava, mas sim “civilizava”.

O pensamento culturalista de Freyre foi extremamente atacado pelo seu caráter socialmente conservador, por boa parte das principais correntes do pensamento social brasileiro, da segunda metade do século XX. A crítica de viés marxista, principalmente, denunciava o seu papel de apologista das elites latifundiárias dominantes no país, identificando as teses de Freyre “com o conservadorismo e a nostalgia de uma sociedade patriarcal e pré-moderna” e colocando-as “como mais um obstáculo ao progresso e à emancipação dos brasileiros”.⁷

As idéias freyrianas lançaram as bases do “lusotropicalismo” que serviu de sustentáculo ideológico ao colonialismo português e que, segundo Freyre, representava os princípios fundadores de uma nova ciência: a lusotropicalologia. A colonização portuguesa seria um exemplo de colonização bem-sucedida devido ao alto grau de adaptabilidade do português ao trópico, onde ao invés de deseuropeizar-se, o português transforma-se em um intermediário entre os trópicos e a Europa, ou seja, tropicalizou-se sem deixar de ser europeu. Dentro da mesma perspectiva, na introdução de *Casa-grande e Senzala*, Freyre afirma que o sucesso do português nos trópicos deveu-se a alguns traços que ele trazia consigo, como a ausência de orgulho racial, a versatilidade, o pragmatismo, um caráter contemporizador e uma propensão à miscigenação. Estes traços, de certa forma, originar-se-iam no passado étnico e cultural português, de povo indefinido entre a Europa e a África, e que se formou pela miscigenação de vários outros povos – celtas, romanos, visigodos, fenícios, judeus e árabes.

Na concepção lusotropicalista, “o mundo que o português criou” - englobando vastos territórios nos cinco continentes – constituir-se-ia em uma unidade de sentimentos e cultura, onde a miscigenação seria o símbolo de uma forte tendência à democratização social. Com isto, para Freyre “o amor do homem pela mulher e do pai pelos filhos, acima dos preconceitos de cor, de raça e de classe, conferiu à mestiçagem, nas áreas de colonização lusitana, um pendor mais humano e mais cristão, tendo permitido uma intensa mobilidade e adoção as durezas do sistema de trabalho escravo”.⁸

Nesse universo cultural, a língua portuguesa seria o elemento identitário fundamental, através do qual as populações das terras colonizadas pelos portugueses exprimir-se-iam em toda a plenitude, mesmo em um momento em que as populações afro-asiáticas iniciavam o processo de luta pela libertação e descolonização, tornando-se “a expressão de vasta cultura transnacional”.⁹

Tais idéias, apropriadas pelo regime salazarista, foram utilizadas para justificar, ideologicamente, a manutenção do Império Colonial Português. Porém, com a intensificação da luta pela libertação dessas colônias, o lusotropicalismo

começou a ser violentamente questionado não só pelas elites africanas, mas também por intelectuais brasileiros e europeus. Dessa forma, o pensamento Freyriano, como um todo, começou a ser criticado e, por que não dizer, marginalizado nos círculos acadêmicos como socialmente conservador e defensor da manutenção de privilégios.

Principalmente, a partir dos anos 90, o pensamento de Gilberto Freyre e a sua real contribuição para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil começaram a ser resgatados. As suas idéias são vistas, hoje, como precursoras da “História das Mentalidades” e as suas análises culturalistas sobre o mundo lusófono sofrem, a cada dia, novas releituras, como se vê em um texto recente de um especialista português que afirma que “se chegamos ao fim do século XX com uma visão histórica e científica correta sobre a presença do homem português no Brasil, na África e no Oriente, decerto que o ficamos a dever às inovadoras teses sobre o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre”.¹⁰

Assim, no momento em que a CPLP inicia o seu processo de construção, estas idéias aparecem, sob novas perspectivas, como uma de suas bases ideológicas, com o luso-tropicalismo sendo relido em um contexto pós-descolonização, procurando retirar delas a conotação que lhes foi atribuída pelo salazarismo.

Outro pensador contemporâneo que se constituiu em um dos pilares ideológicos da CPLP é Agostinho da Silva, “misto de educador, filósofo e pensador, considerado como uma espécie de guia espiritual de parte da intelectualidade brasileira e portuguesa deste século”.¹¹ A sua concepção de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” é bastante original e pessoal refletindo uma visão de caráter universalista, místico, visionário, espiritualista, mítico e messiânico que remonta aos escritos de Joaquim de Fiore - na Idade Média - sobre o “Reino do Espírito” e os do Pe. Antônio Vieira sobre o “Quinto Império”. Desta forma, Portugal, responsável pelo início do processo de mundialização, carregaria uma missão histórico-messiânica: a de ser o responsável pela paz mundial devido aos laços constituídos por ele, no passado, com os diversos povos do mundo. Este ideal concretizar-se-ia através de uma Comunidade de Língua Portuguesa em que ele sacrificar-se-ia enquanto nação, para ser só mais um dos elementos componentes desta Comunidade que marcaria o início de uma nova era, uma espécie de reconquista do “paraíso perdido”.

Crítico dos sistemas políticos contemporâneos, Agostinho da Silva definia o capitalismo como uma fatalidade histórica da qual os homens deveriam libertar-se e considerava o socialismo, apesar de melhor do que o seu sistema antagônico, imperfeito. Para ele, um dia “tanto o capitalismo como o socialismo, desaparecerão da face do mundo, já que a revolução que se aproxima, de base tecnológica, determinará a supressão quase completa do trabalho obrigatório. Essa ocupação passará a ser desempenhada pelas máquinas, voltando o homem à sua verdadeira vocação”.¹² O mundo novo com o qual ele sonhava consistia na “expressão crescente de homens seguros de que é possível, pela técnica, garantir vida e acesso aos bens da cultura a todos; homens abertos ao amor e a ação”.¹³

Nesta nova era, a língua portuguesa desempenharia um papel fundamental por ser falada em todas as partes do globo e representar o símbolo da expansão portuguesa que lançou as bases da construção do “novo mundo”, do “Reino do Espírito”. Nesta nova ordem, o Brasil teria um papel fundamental, pois traria em si os elementos do verdadeiro Portugal, aquele Portugal arcaico que se perdeu com o fracasso histórico da nação. Para ele, em sua utopia, o Brasil é a concretização do sonho do Quinto Império, é a *Ilha dos Amores* de Camões, o *Não-Lugar* capaz de ser o centro de uma nova civilização por ser o ponto de encontro de diversas culturas, onde a miscigenação favoreceu a tolerância e a moderação. Desta forma, o verdadeiro Portugal, o Portugal real, concretizar-se-ia nesta comunidade em que a verdadeira pátria de todos os povos lusófonos - brasileiros, portugueses, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, timorenses e demais - seria a língua portuguesa, o idioma universal, por excelência.

Às vésperas do 25 de abril aparecem outras concepções de como deveria ser uma comunidade de povos de língua portuguesa, entre as quais destaca-se aquela proposta pelo historiador português Joaquim Barradas de Carvalho, que tem sua ênfase em aspectos culturais e civilizacionais. Barradas de Carvalho escreve, poucos dias antes da Revolução dos Cravos, uma pequena obra intitulada “*Rumo de Portugal: a Europa ou o Atlântico?*” em que

desenvolve a idéia de uma comunidade luso-afro-brasileira a partir de uma perspectiva essencialmente cultural. Nesse opúsculo, Barradas de Carvalho retoma algumas idéias bastante presentes em toda a sua produção intelectual como, por exemplo, a da especificidade do Renascimento Português, extremamente vinculado às Grandes Navegações portuguesas, e que, em determinados aspectos, teria apresentado uma riqueza maior do que o Renascimento Italiano.

Porém, a partir do século XVI, Portugal entraria em um processo de decadência, com a hegemonia da velha nobreza sobre a burguesia. Dessa forma, “a decadência e o Tribunal do Santo Ofício, a Inquisição, arma da nobreza contra a burguesia comercial interrompem todo um processo que prometia ir longe, e que era na verdade, o processo genuíno de Portugal”.¹⁴ Todo este processo, aliado à perda da independência nacional, em 1580, faz com que Portugal mergulhe numa longa noite de obscurantismo e que, mesmo após a restauração em 1640, a nação nunca mais fosse a mesma. Citando António Sérgio, Barradas vê Portugal como “uma promessa não cumprida”, um país que “nunca mais foi ele próprio”¹⁵, submetido ao jogo das grandes potências da época como a Inglaterra e a França.

A partir destas premissas, Joaquim Barradas de Carvalho afirma que, naquele momento, Portugal estava diante de uma encruzilhada histórica e tinha diante de si duas opções: rumar para a Europa, o que segundo ele significaria uma nova perda da independência nacional, similar à de 1580, ou priorizar o Atlântico, que seria a única condição para que Portugal reencontrasse “a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuinidade, medievá e renascentista”.¹⁶ Neste ponto, podemos encontrar algumas similaridades entre o pensamento de Barradas e o de Agostinho da Silva, sem os componentes místicos, quando esse afirma que o Portugal genuíno é mais facilmente encontrável no Brasil do que naquele Portugal europeizado.

Nessa perspectiva, para que Portugal voltasse a ser ele mesmo, seria fundamental a articulação de uma Comunidade Luso-Brasileira e, futuramente, quando a África Portuguesa concretizasse a sua independência, uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira, onde “todas as partes que a comporiam se reencontrariam na mais genuína individualidade lingüística e civilizacional”.¹⁷ Nesta comunidade, a língua portuguesa funcionaria como o grande elemento identitário, pois dentro de uma perspectiva braudeliana, a Língua e a Civilização incluem-se na “longa duração” e, portanto, enquanto os regimes políticos e sociais passam, elas permanecem.

Analisando os escritos destes três autores, podemos notar que – apesar de possuírem visões distintas sobre qual deveria ser o papel de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira – uma idéia está presente em todos eles: o da centralidade do Brasil nessa Comunidade. De certa forma, o Brasil é colocado como portador de uma espécie de “missão histórica”, iniciada por Portugal, mas que teria sido deixada inconclusa por ele, e que a nós teria sido dado terminar. Assim, o Brasil aparece como o “imenso Portugal”, como o herdeiro da antiga grandeza portuguesa e a quem caberia um papel de destaque no cenário internacional. Neste contexto, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa aparece dentro de uma perspectiva que poderíamos classificar como sendo a de um “nacionalismo lusófono” ou “pan-lusitanismo”, que valoriza a lusofonia como elemento identitário fundamental dos países que a compõem, ao mesmo tempo em que se afirma como “língua universal”, portadora de uma longa tradição cultural e civilizacional.

¹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 5ª edição, São Paulo, Cortez, 1999. Os conceitos de reterritorialização e desterritorialização são trabalhados em toda a segunda parte do livro, principalmente no artigo “Onze Teses por ocasião de mais uma Descoberta de Portugal”.

² BIRMINGHAM, David. *História de Portugal - Uma perspectiva Mundial*. Lisboa, Terramar, 1998, p. 234.

³ SANTOS, Boaventura de Souza. Op. Cit. Ver comentário da nota 1.

⁴ LOURENÇO, Eduardo. “Uma Herança sem Preço”. In: BRAGA, José Alberto (Coord.). *José Aparecido: o Homem que Cravou uma Lança na Lua*. Lisboa, Trinova, 1999, p. 243.

⁵ Esta análise da visão de política externa do Governo Collor é feita por: SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África – A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília, Editora UnB, 1996, p.222.

⁶ Ver a análise de José Sombra Saraiva In: SARAIVA, José Flávio. *O Lugar da África*. op. cit., pp. 217-239.

⁷ MENDES, Luís Filipe Castro. “Portugal e o Brasil: atribulações de duas identidades”. In: SANTOS, Gilda (Org). *Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces – Revista Convergência Lusíada*, nº17 (Número Especial), Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2000, p. 185.

⁸ CASTELO, Cláudia. “A Recepção do Luso-Tropicalismo em Portugal”. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos. Recife, 21 a 24 mar. 2000. Site: www.prossiga.fgf.org.br.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, p. 141.

¹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. “O que Portugal Deve a Gilberto Freyre”. In: *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife, 21 a 24 mar. 2000. Site: www.prossiga.fgf.org.br.

¹¹ RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. “À Volta da Comunidade: formações luso-brasileiras em colóquio”. In: SANTOS, Gilda (Org). op. cit., p. 246-247.

¹² BRAGA, José Alberto (Coord.). op. cit., p. 31-32.

¹³ CESAR, Constança Marcondes. “Entre o Oriente e o Ocidente: Agostinho da Silva”. In: *Convergência Lusíada*, nº 14, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 1997, p. 91.

¹⁴ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?* Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p.72.

¹⁵ Idem. Ibidem. p. 70.

¹⁶ Idem. Ibidem. p. 79.

¹⁷ Idem. Ibidem. p. 81.